

Governo não busca acordo de longo prazo com bancos

Para Funaro, o máximo aceitável seria três anos, possibilitando pagar menor taxa de risco



O argentino Sourrouille: precisam vir mais créditos

O Governo brasileiro quer uma negociação curta, englobando a rolagem de débitos a vencer por no máximo três anos, para pagar menos **spread** — taxa de risco —, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. O Ministro chegou ontem de Cartagena com a mesma confiança com que embarcou no final da semana passada: a certeza de que as negociações seguirão até um final satisfatório para o País, independente da intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), fundamentado na apresentação em Cartagena, de uma posição diferente do Brasil em relação aos demais países devedores, apresentando crescimento e maiores taxas de empregos, e na manutenção constante dos pagamentos dos juros.

Segundo o Ministro, o Brasil foi o único país a apresentar feição própria na reunião de Cartagena, já que não vem seguindo a receita ortodoxa recessiva do Fundo. “É evidente que esse é um caminho novo, difícil, que muitas vezes não encontra portas abertas”, explicou o Ministro, admitindo que, na reunião que manteve com os bancos credores, ficou evidente a vontade dessas instituições de que o Brasil fizesse um acordo com o Fundo. No entanto, o Ministro afirmou que esse desejo das instituições financeiras internacionais não se constituía em nenhuma novidade, e que o Brasil permaneceria negociando sempre com a mesma posição, já mantida em Seul, e com as autoridades americanas, reforçando a idéia de crescimento e de não-monitoramento do FMI.

“Nós não vamos aceitar simplesmente porque eles acham”, comentou o Ministro, afirmando que o Brasil tem brigado por alguns pon-

tos, sem os quais, a volta à normalidade do mercado financeiro internacional e de uma situação de tranquilidade entre países credores e devedores é impossível. A principal questão reside na queda dos juros internacionais, considerados pelo Ministro, extremamente altos. “Não é possível o Brasil continuar pagando o desacerto da política norte-americana”. O Ministro afirmou que os países devedores já pagaram juros altos por cinco anos, e agora está na hora de cobrar dos países devedores que adotem, eles mesmos, as receitas que costumam passar para os países credores e que “eles mesmos não as seguem”.

O Brasil, segundo o ministro Funaro, abandonou completamente a idéia do **Multi Year**. O contrato de 15 ou mais anos está fora de cogitação, porque as autoridades brasileiras entendem que o mercado financeiro internacional vai sofrer mudanças e com essas mudanças, prazos muito elásticos poderão gerar problemas futuros e o País sair perdendo com a negociação. O momento agora é de negociar em prazos mais curtos, segundo o Ministro, em três, dois anos.

O Ministro, inclusive, acredita conseguir renegociar a dívida brasileira dentro das condições pretendidas desde Seul, e, para isso, está contando com as medidas de emergência determinadas pelo **Consenso de Cartagena** as quais terão um assessoramento constante de um grupo formado por cinco países — Argentina, Brasil, México, Colômbia e Venezuela — que poderão se reunir sempre que haja qualquer mudança no comportamento financeiro internacional que possa prejudicar o crescimento desses países.